

LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO: FASES DA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE E DA ECONOMIA CAPITALISTA ATUAL NO OCIDENTE E NO ORIENTE

Ivete Batista da Silva Almeida

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo e professora da Área de História da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO: O presente artigo discute a trajetória do liberalismo e o surgimento do pensamento neoliberal no mundo contemporâneo. Partindo de uma perspectiva que procura romper com uma leitura eurocêntrica da História – questões como o desenvolvimento dos mercados industriais, a crise do modelo liberal, a instituição do Estado de Bem-Estar Social e a formação de um mercado global e neoliberal – são discutidas, a partir do contexto e das particularidades do Ocidente e também do Oriente.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo. Neoliberalismo. História. Sociedade.

ABSTRACT: This text argues about liberal trajectory and the rising of neoliberal thought in contemporary world. Our research has a perspective who wants to break an European vision of History; by the way, subjects as industrial market development, the liberal model's crisis, the making of Welfare State and the global (and neoliberal) market beginning, will be argued, from West and also East historical context.

KEYWORDS: Liberalism. Neoliberalism. History. Society.

O objetivo deste artigo é reconstruir, de uma forma didática, a trajetória do discurso liberal na contemporaneidade, rompendo com as turvas interpretações do senso comum sobre as teorias liberais. Acreditamos que uma discussão sobre o liberalismo e o neoliberalismo seja fundamental não apenas no âmbito dos conteúdos curriculares de História, mas também para além da discussão didática, num espectro mais amplo, para uma melhor compreensão do momento em que se encontra hoje o sistema capitalista. Embora o liberalismo clássico seja um tema presente nas propostas curriculares do ensino fundamental e médio de História, muitas vezes, ele pouco avança além do tema das Revoluções Burguesas e de seus efeitos nos processos de independência das colônias americanas. Estender esta discussão, não apenas no tempo, avançando pelo século XX, mas também no espaço, avançando em direção ao Oriente, torna-se cada vez mais importante, para que possamos compreender as verdadeiras dimensões de nossa realidade globalizante.

Durante esta análise, com o intuito de romper com uma perspectiva eurocêntrica de História, lançaremos um breve olhar sobre a inserção de dois grandes pólos de produção do Extremo Oriente – Japão e China – no processo de expansão e renovação do projeto liberal burguês. Embora a historiografia tradicional tenha relegado pouco espaço às reflexões sobre o Oriente, apresentando-o freqüentemente não como protagonista de sua própria história, mas apenas como coadjuvante da história da Europa,² podemos claramente observar que a importância assumida pelo Oriente no quadro internacional hoje, nos obriga a retomar os estudos, para que possamos compreender o crescimento dessas potências, não como efeméride, mas sim como resultado de um longo processo, que envolve tanto questões internas quanto externas.

Para que possamos pontuar essa nossa trajetória de reconstrução do projeto liberal, devemos voltar-nos ao contexto no qual se deu a consolidação de uma sociedade burguesa e capitalista, que, como afirma Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era das Revoluções* (1987), teve nas Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Europa, o seu momento de florescimento, rompendo definitivamente com a ordem político-cultural e social estabelecida outrora pelo Antigo Regime. Baseado num modelo político-administrativo no qual “o rei colocava-se acima da nobreza e da burguesia, [...], colocando-se como mediador desses dois grupos rivais” (BOULOS JR., 2004, p. 219), o Antigo Regime estaria fundamentado no poder divino do rei, na manutenção de uma sociedade tripartida em estamentos e na exploração mercantil de colônias americanas e enclaves na costa africana.

Este contexto, que pode ser compreendido como os primórdios do sistema capitalista, era regido por uma ordem na qual princípios antigos e modernos conviviam lado a lado e o poder centralizado nas mãos do monarca conferia-lhe a capacidade de arrematar homens e recursos, de uma maneira como nenhum suserano de senhores feudais jamais teria conseguido. Todavia, tal poder era sustentado pelo reconhecimento da divindade real, autorizada e ratificada pela Igreja, instituição com raízes fortemente fincadas na ordem e no pensamento medieval, até então, aliada dos reis católicos. Essa aliança possibilitou o fortalecimento do Estado e a formação do que muitos chamam hoje de “primeira globalização”, ou seja, o comércio ultramarino que, baseado em princípios mercantis e abolicionistas, envolvia, numa teia de relações comerciais, os quatro grandes continentes da Terra, além de milhões de trabalhadores escravizados e toneladas de metais preciosos retirados das colônias tropicais. Esse sistema mercantil

² Para Hegel, por exemplo, tanto na África quanto na Ásia não haveria propriamente um processo histórico. Em seu *Curso de Filosofia da História*, o filósofo alemão diz: “A África não é um continente histórico, ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento[...]. Os povos negros são incapazes de desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje [...]”. Retirado de KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*. v. I. São Paulo: Ática; UNESCO, 1988.

gerou, tanto na Europa quanto na América, uma sociedade profundamente desigual, na qual aqueles que controlavam a produção de riquezas (e muito menos aqueles que as produziam com a força de seu trabalho) não possuíam espaço para a ação política. Dessa forma, o Antigo Regime se configuraria, na Europa, como o ápice do processo de fortalecimento das monarquias e de construção de uma sociedade de estamentos.

Nesse cenário, a burguesia responsável pelo desenvolvimento do comércio interno e externo, via-se refreada em seu desejo de ampliar suas relações comerciais e de produção em função da manutenção do ideal do poder absoluto do rei e da organização social em modelo estamental. Além dos mecanismos políticos e de mentalidade, também a manutenção dos monopólios, exclusivos e de todo o conjunto de leis que ordenavam o mercantilismo e o antigo sistema colonial engessavam os ricos comerciantes ultramarinos, que controlavam a produção de riquezas, mas não arbitravam sobre os rumos da nação.

Reivindicando uma sociedade fundamentalmente livre, a burguesia, até então impedida de participar efetivamente da vida política, abraçaria, na Europa do final da Idade Moderna, as idéias que colocavam a lei, a figura do povo e a liberdade acima dos interesses dos reis, da nobreza e mesmo acima das determinações da Igreja. Isso porque, com o crescimento do comércio ultramarino, o poder econômico da burguesia crescia em proporção inversa ao espaço político que o Regime lhe concedia. Além disso, a demanda por produtos manufaturados no comércio marítimo cresceria incessantemente, fazendo com que a riqueza deixasse de se concentrar na propriedade da terra e fosse transferida para o capital.

A idéia da primazia das leis – defendida por Montesquieu – em substituição ao direito absoluto e divino do rei e a idéia da

liberdade para investir e produzir, visando o enriquecimento não apenas individual, mas da nação – defendida no final do século XVIII por Adam Smith³ – em detrimento do ideal do mercantilismo monopolista, além da defesa da liberdade de credo, do afastamento da Igreja em relação ao Estado – como colocavam os anticlericalistas do Iluminismo francês – e da liberdade dos homens e autodeterminação dos povos, seriam os fundamentos do ideário liberal que levaria a burguesia europeia a contestar e a derrubar o *Ancien Régime* que, até então, a impedia de ampliar as possibilidades políticas e econômicas oferecidas pela ordem capitalista. É importante lembrar que, a esse tempo, o empenho da burguesia comercial em estender os domínios das jovens nações industriais por todo o globo, numa busca frenética por novos parceiros – fornecedores de matéria-prima ou mercados consumidores – vinha revestido de um discurso “civilizador”, herdado do iluminismo. Dessa forma, adotar o modelo burguês de viver, administrar e pensar era tido pela burguesia, obviamente, como “civilizar-se”. Assim sendo, por onde estendia-se o poder comercial do capital industrial burguês, expandia-se também o processo de europeização das culturas e com ele, os ideais liberais.

Importante também é perceber que o ideário liberal surgiria trazendo consigo um movimento fortemente ambíguo: o desejo de negação dos modelos anteriores, aliado a uma prática de reconstrução de alguns costumes e símbolos de poder da antiga nobreza europeia. A postura liberal privilegiava a busca pela modernização, pela autodeterminação, pela ação positiva e racional; todavia a burguesia liberal, na medida em que assumia o topo da pirâmide social, reproduzia os modelos de etiqueta e luxo da antiga nobreza. Em sua relação com as possessões coloniais europeias, o discurso liberal também era paradoxal, pois, se por um lado negava a manutenção dos vínculos coloniais, por outro

³ Sobre os ideais iluministas e também sobre a construção do pensamento liberal, ver CROUZET, M. *História Geral das Civilizações*. O século XVIII. São Paulo: DIFEL, 1958.

lado negava o valor das culturas locais, em favor dos valores da cultura européia. Nessa perspectiva, a ação neocolonialista tomaria por princípio, necessariamente, a destruição das culturas autóctones e a disseminação da cultura liberal burguesa. Num modelo distinto do antigo colonialismo mercantilista criado pelo Antigo Regime, o novo modelo colonialista, fruto da “era dos impérios”, não se prenderia à ocupação do território colonial – em modelo de povoamento ou exploração –, no neocolonialismo, as áreas colonizadas são submetidas politicamente ao centro do Império conquistador, produzem e consomem aquilo que lhes é determinado e substituem língua e costumes pelos da nação dominante, não há transporte de milhões de colonos, o que existe é o controle econômico, cultural e administrativo que submete a colônia à metrópole.

Esse processo de fortalecimento dos ideais burgueses e da própria burguesia como classe, não se limitaria à Europa, tendo o final do século XVIII – com a Independência dos Estados Unidos – e o século XIX – com as independências na América Latina – como momentos de disseminação dos ideais liberais no continente americano. Portanto, para abordarmos o tema do desenvolvimento do liberalismo é importante termos clareza de que, na América, e mesmo no Oriente, o projeto liberal burguês tomaria força à medida que os interesses das elites autóctones fossem de encontro aos interesses das grandes potências capitalistas do final do século XIX (como a influência francesa no caso norte-americano e latino americano; bem como a influência norte-americana, no caso da Reforma Meiji, no Japão e

a influência inglesa na sociedade e na economia da República da China).⁴

Tradicionalmente, a historiografia pouco cuidava das questões que envolvem as relações entre o Extremo Oriente e o Ocidente,⁵ contudo, o momento atual nos apresenta uma realidade na qual, econômica e mesmo culturalmente, as relações entre Ocidente e Oriente vêm se estreitando. Para que não pensemos a dominação Ocidental sobre os mercados do Oriente no início do século XX somente como fruto dos interesses capitalistas e liberais, é importante ainda lembrarmos que, desde as Grandes Navegações, a Europa tentava uma aproximação mais intensa, principalmente com a China e o Japão, prova disso, seriam as expedições jesuíticas para os dois impérios durante os séculos XVI e XVII, que traziam consigo um interesse tão nitidamente imperialista, que não passaria despercebido pelos próprios líderes orientais, culminando, no caso japonês, na matança e na expulsão dos jesuítas durante a restauração do poder do shogunato, no XVII, com Hideyoshi Toyotomi.

No caso chinês, os princípios do comércio mercantil se fizeram sentir pela forte presença de comerciantes judeus que se instalam em Kaifeng e também pela presença dos comerciantes e jesuítas italianos, ainda durante a dinastia Tang (século VII – X). Embora mais tolerantes que os japoneses, o intervencionismo europeu logo seria combatido, gerando uma postura comercial e culturalmente conservadora durante a dinastia Song⁶ (século X – XIII), chegando ao isolamento durante a dinastia mongol (século XIII – XIV). O século XIX seria, portanto, um segundo momento

⁴ Sobre a História do Japão, ver mais em CAIGER & MASON. *History of Japan*. Austrália: Tittle Publish, 1997. Sobre a China, ver também em EBREY, Patricia Buckley. *China*. Londres: Cambridge University Press and Laurence King Publishing Ltd, 2003.

⁵ A preocupação em elaborar uma visão mais clara sobre a história do Oriente pode ser identificada na Europa, a partir do XVI. Daí em diante, muitos foram os pensadores que, no intuito de compreender melhor os diferentes sistemas de governo, estudaram as fontes clássicas sobre as sociedades antigas do Oriente Próximo e também as da Índia e China; dentre eles temos Bodin, Hobbes, Bacon, Adam Smith, Hegel e Marx. Sobre esse assunto, ver mais em CARDOSO, C. F. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1988.

⁶ Sobre o Japão, durante o regime de bakufu, ver CAIGER & MASON. *History of Japan*. 1997. E também YAMASHIRO, José. *Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: IBRASA, 1989.

de aproximação e controle do comércio com o Extremo Oriente, quando, aproveitando-se do enfraquecimento dos já desgastados regimes de governo – o bakufu (regime militar ou shogunato, como ficou conhecido no Ocidente) japonês e o imperial chinês – americanos e ingleses conseguiram, finalmente, estender seus tentáculos sobre o mercado produtor e consumidor do Oriente.

No caso da América, a forte presença européia iria produzir aqui dois modelos de burguesia liberal. Para Nancy Naro, em seu *Formação dos Estados Unidos* (1994), o liberalismo norte-americano teria seguido um modelo muito mais parecido àquele desenvolvido na Europa: luta pelo livre comércio, pela autodeterminação, pela livre concorrência, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, pela liberdade de expressão e pela liberdade dos homens. Já a América Latina, segundo Leslie Bethell (2004), em sua *História da América Latina*, apesar de ter à frente de seus processos de independência uma burguesia que se dizia liberal – e que de fato o era, na medida em que desejava romper com as amarras do Antigo Sistema Colonial instituído pelo Antigo Regime –, o produto do discurso e da ação do liberalismo teria promovido mudanças em relação ao Antigo Regime, mas também teria permitido a permanência de estruturas e modelos antigos, como o escravismo, a monocultura agroexportadora e a forte presença da Igreja, construindo assim uma transição liberal sustentada por rupturas e continuidades.

Todavia, como exercício de macro-análise, podemos afirmar que, até o início do século XX, a sociedade burguesa, liberal e capitalista – apesar de suas especificidades locais – constituía-se no grande modelo para a organização político-econômica no Ocidente, uma vez que, no Oriente, o projeto liberal, burguês e capitalista estabeleceu-se de forma bastante híbrida. No caso do Japão, por um lado, mantendo o poderio das grandes e tradicionais famílias (como no tempo dos Seii Tai Shogun), a crença na divindade do Tenno (imperador) e reforçando as antigas divisões sociais estamentais, e por outro, constituindo grandes

corporações (os zaibatsu), formadas pelas grandes famílias tradicionais, que investiam e agiam na economia de forma agressiva, aplicando, produzindo e controlando os mercados no Oriente.

No decorrer do século XX, contudo, dois seriam os principais momentos em que o modelo liberal sofreria transformações significativas. O primeiro momento de transformação seria entre a década de 1930 e o período entre 1940-45, quando, inicialmente o *crash* da Bolsa de Nova York e, posteriormente, o final da Segunda Grande Guerra, forçariam a Europa e os Estados Unidos a adotarem um novo modelo liberal, o qual reviveria a função intervencionista do Estado na economia, na busca por um novo caminho para o crescimento.

O episódio da quebra da Bolsa de Valores de Nova York pode ser compreendido como um dos primeiros efeitos negativos de uma economia que tendia a se tornar globalizante. O crescimento da produção das indústrias norte-americanas, alimentadas por um largo mercado de exportação, propiciou um crescimento desenfreado no mercado de investimentos, movido pela ideologia do *self-made-man* e da livre iniciativa liberal, fazendo com que as linhas de crédito fossem ampliadas de uma forma descontrolada. Isso teria possibilitado o surgimento de indústrias-fantasma e de especuladores que acabaram por promover uma crise sem precedentes, à medida que as ações adquiridas não correspondiam ao valor pago por elas, levando não apenas investidores do mundo inteiro à bancarrota e mesmo ao suicídio, mas também a economia mundial a um caminho que iria fazer repensar a dependência em relação aos mercados externos, e parte da opinião pública a considerar legítimas as posturas mais nacionalistas e xenófobas de alguns grupos políticos. Esta seria a marca dos anos trinta e quarenta: o capitalismo começaria a se voltar para o fortalecimento da produção interna e culminaria com o projeto de formação de novos pólos imperialistas, como Japão e Alemanha.

Na América pós-1929 e na Europa do pós-guerra, a solução para superar a crise seria então o investimento na produção e no consumo interno. O capital se interiorizava como no movimento das marés, recolhia-se para depois novamente se expandir com mais força e por maiores distâncias.

Ao modelo anterior, proposto por Adam Smith, teríamos, por substituição, a adoção do modelo de Keynes, no qual o afastamento do Estado em relação ao fluxo natural do mercado (modelo de Smith) é substituído pela intervenção cíclica do Estado, garantindo empregabilidade e salários, com o objetivo de manter o consumo interno e a produção. É uma adaptação do programa liberal de estímulo à produção e à livre iniciativa, agora adequada a um cenário de recessão. No caso americano, este liberalismo sustentado por uma ação de Estado que visava garantir uma equidade no padrão de consumo foi representado pelo *New Deal*, enquanto que na Europa seria principalmente o Partido Trabalhista Inglês, o grande representante desta ideologia, que se distanciava do liberalismo original, na medida em que preconizava a intervenção do Estado, e que, todavia, vinha para dar nova vida ao liberalismo, na medida em que garantia a possibilidade de escoamento da produção interna, possibilitando a reorganização da burguesia nacional.

Sobre a política do *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, Wieczynski (2003) aponta que, tal política de intervenção do Estado, “surgiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo” (p. 1), após as crises geradas pelos abalos sofridos pelas nações industrializadas. Embora o Estado de Bem-Estar Social elaborasse uma política de proteção social mínima, em níveis básicos de renda, educação e seguridade, segundo a autora, “o *Welfare State*, fruto da luta de classes, poderia ser compreendido como uma articulação política, possibilitando a redistribuição de renda” (WIECZYNSKI, 2003, p. 2) para que fosse possível manter-se a ordem social. Recentemente, pudemos ver na edição de n. 26, do de ano 2006 da Revista *Veja*, uma matéria que falava sobre

os homens mais ricos do mundo, que são também os maiores filantropos do mundo, levantando assim, novamente, a questão de que talvez, o capitalismo tivesse conseguido elevar, de maneira significativa, as condições de bem-estar de um grande número de pessoas. Esta é uma antiga discussão. O *Welfare State*, defendido principalmente pela social-democracia, gerou a imagem de um capitalismo que estaria promovendo a igualdade social e o desenvolvimento humano, pelo menos nos países em que a produção de bens ou o investimento de capitais tivesse atingido patamares elevados. Todavia, devemos lembrar que se trata de um discurso ideológico, pois, embora países como a Áustria, a Suécia, a França, tenham atingido níveis elevados de desenvolvimento humano, isso não é produto apenas do Estado de Bem-Estar Social, mas sim, fruto da desigualdade e da exploração das áreas anteriormente ditas como “periféricas”.

Assim, embora trouxesse um discurso de garantia do desenvolvimento interno e de manutenção de baixos níveis de desigualdade propiciando oportunidades – saúde, educação, moradia, salário – para os nacionais, o projeto liberal dos anos 40-50 não iria produzir uma sociedade na qual a distribuição de riquezas fosse mais justa em nível global, pois, apenas seria possível produzir bem-estar na América do Norte e Europa Ocidental, o que geraria, ao mesmo tempo, grandes bolsões de miséria na América Central e América do Sul, África e Ásia.

Contudo, essa visão keynesiana da economia, que gerou o princípio do Estado de Bem-Estar, encontrou críticas desde o início. Já em 1944, Friederick Hayek criticava a política de Bem-Estar Social, chegando a equipará-la, segundo Perry Anderson, em seu *Balanco do neoliberalismo* (2003), ao nazismo. As críticas de Hayek arregimentaram diversos aliados entre a intelectualidade dos anos 50, nomes como Karl Popper, Walther Lipman e Friedman encontravam-se entre aqueles que viam, na política de Bem-Estar Social, uma agressão à natureza verdadeira da sociedade capitalista, uma vez que, se por um lado a política de Bem-Estar

Social trazia uma proposta de nivelamento das possibilidades individuais (o que numa perspectiva de superação das desigualdades poderia parecer bom), por outro lado, para os críticos dessa política, a intervenção do Estado não apenas geraria um inchaço da máquina, como também limitaria as possibilidades individuais.

Assim, o segundo momento de transformação do liberalismo viria a seguir, com o fortalecimento da ideologia neoliberal. O modelo liberal que se opunha à política de bem-estar, o neoliberalismo, como se viu, não pode ser interpretado apenas como um “novo liberalismo”, como o nome sugere, mas sim como um “retorno”, uma busca aos princípios radicais do liberalismo dos séculos XVIII–XIX. O neoliberalismo nasce como um pensamento que crê na desigualdade como um fator positivo e mesmo estimulante para as sociedades. Acreditam ainda na impossibilidade de o Estado manter o custo das ações assistencialistas além de ver na elite capitalista a grande e verdadeira força motriz do Estado, ou seja, para os críticos do modelo keynesiano, a desigualdade de condições seria positiva, possibilitaria aos “melhores” alcançarem níveis elevados de produção e acumulação.

O discurso neoliberal esteve restrito ao campo teórico até os anos 70, quando, em 1973, a crise do petróleo impôs uma nova realidade econômica às nações industrializadas. Somada à alta dos preços dos barris de petróleo, o Ocidente, entre os anos 70 e 80, também passaria a conviver com um novo dado que forçaria a reorganização do capital e das relações comerciais: a expansão dos mercados e da força produtiva do Extremo Oriente. Fruto dos investimentos internacionais do pós-guerra e dos investimentos nacionais em educação, ciência e tecnologia, o Japão começava, mais uma vez, a despontar como grande produtor de bens –

principalmente os produtos eletrônicos –, entre as nações do Extremo Oriente, sendo que Hong Kong e Cingapura, além da indústria leve, abriam espaço para o livre mercado de investimentos.

No caso do Japão do pós-guerra, esse crescimento da produção e do consumo erigir-se-ia a partir de uma ordem muito semelhante à do Estado de Bem-Estar Social europeu. O governo japonês, até os anos 80, manteve uma política que estimulava a estabilidade do emprego – vínculo que era praticamente vitalício – retomando princípios milenares de “fidelidade”, antes prestadas às famílias dos senhores e agora prestadas às famílias dos empresários. Passado e presente fundiram-se na construção de uma mentalidade que almejava a modernização, buscando forças e inspiração em antigos princípios éticos. Exemplo disso era a propagação de idéias como a aversão à ostentação, mesmo entre altos executivos de empresas.⁷ Todavia, mesmo para o Oriente, a última década do século XX traria mudanças nos rumos da política econômica. Para o Japão, o crescimento do mercado produtivo chinês traria como consequência a necessidade de que fossem diminuídos, mesmo que suavemente, os benefícios sociais anteriormente conquistados.

No caso da China, seu potencial produtivo estimulou um grande volume de investimentos sendo, portanto, essa entrada de capital estrangeiro, somada à reaproximação entre a China e o mundo capitalista, os responsáveis pelo crescimento econômico que assistimos hoje. Sobre o caso chinês, vale ainda observar que, em oposição ao modelo japonês, fortemente marcado pelo *Welfare State* (política de poupança interna, estímulo ao consumo interno e benefícios sociais), as diretrizes econômicas chinesas seriam fortemente marcadas por uma postura neoliberal: baixos salários (chegando ao trabalho semi-escravo), baixos impostos para os mega investidores e baixos gastos sociais.

⁷ Esta mentalidade é revelada com precisão e delicadeza por Akira Kurosawa, em seu filme *Sonhos*. Akira Kurosawa's dreams. EUA/Japão, Warner Home Vídeo, 1992.

No caso europeu, o grande ícone da adoção do pensamento neoliberal nas ações de Estado seria o governo da primeira ministra inglesa, Margareth Thatcher que, em 1979, adotaria medidas para a contenção da inflação e estabilização da moeda. Essa também seria a plataforma de Ronald Reagan que, em 1980, adotava igualmente um modelo neoliberal para a condução da economia norte-americana.

Basicamente, os principais pontos da ação da política neoliberal seriam:

- O controle da emissão de moeda (fundamental para conter a inflação – moeda sem lastro);
- elevação dos juros (com o objetivo de conter o crédito e o consumo interno);
- diminuição do controle de fluxos de capitais e queda da taxação de impostos sobre grandes rendimentos (princípio fundamental do neoliberalismo, que refreia o crescimento dos pequenos capitais, mas dá livre vazão ao grande capital);
- contenção das greves e formulação de leis que restrinjam a ação dos sindicatos (para os neoliberais, o excesso de poder dos sindicatos, como aposta Perry Anderson, seria um dos grandes causadores da sobrecarga dos custos sociais para o Estado);
- diminuição dos benefícios e gastos sociais (com o objetivo de aliviar o orçamento);
- privatização de estatais de setores que exijam altos e constantes investimentos.⁸

Grande parte dessas medidas, principalmente aquelas ligadas à elevação dos juros, enfraquecimento dos sindicatos e privatizações, resultariam também em crescimento do desemprego.

O fenômeno do neoliberalismo, a partir dos anos 80, estender-se-ia por quase toda a Europa; Gonzalez na Espanha, Kohl na Alemanha, Craxi na Itália e mesmo a França de Mitterrand (ANDERSON, 2003), que tentou manter a política do Bem-Estar Social durante o início dos anos 80, não resistiriam, adotando medidas neoliberais a partir de 83.

Podemos concluir que a substituição do modelo social-democrata de estímulo à produção e ao consumo interno por um modelo de contenção interna e de agressividade em relação ao mercado externo estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento da nova etapa da economia capitalista: a globalização.⁹

De acordo com essa realidade, a capacidade produtiva ampliou-se de tal maneira em número (quantidade de nações industrializadas) e grau (intensidade de produção) que somente a partir de uma nova organização das políticas públicas seria possível manter a hegemonia dos antigos centros industriais frente aos novos centros insurgentes, como Japão e China.

No caso da América Latina, o neoliberalismo se faz sentir também nos anos 70, com o governo autoritário de Pinochet que (aliado à corrupção e à violência) promoveu a eliminação do poder dos sindicatos e a flexibilização dos fluxos de capitais. Seguindo ainda a política de reorganização do Estado, a partir dos moldes neoliberais, teremos ainda Sachs, na Bolívia (1985), Salinas no México (1988), Fujimori no Peru (1990) e, no Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1995). Obviamente, na América Latina, a ação do neoliberalismo foi muito mais nociva posto que o período da política de Bem-Estar Social praticamente inexistira aqui, fazendo com que o afastamento do Estado em

⁸ Sobre esse assunto, ver mais em ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

⁹ Compreendemos aqui a globalização como a mais recente fase do capitalismo. Trata-se de uma expansão que visa ao mesmo tempo aumentar e também garantir mercados, num momento em que o crescimento da produção industrial mundial ameaça os grandes centros produtivos. Sobre esse assunto, ver mais em SENE, Eustáquio de.; MOREIRA, João Carlos. *Geografia*. Espaço geográfico e Globalização. São Paulo: Scipione, 1997.

relação a questões como negociação salarial, estabilidade e saúde produzissem uma situação de penúria entre as classes menos privilegiadas.

É fundamental ainda lembrar que, ao contrário do Estado “distante”, quase ausente do jogo econômico do liberalismo clássico ou do Estado presente para garantir a elevação do padrão de consumo – do liberalismo keynesiano e das políticas de Bem-Estar Social – o Estado neoliberal coloca-se como um Estado forte, que se opõe frontalmente ao fortalecimento político do operariado.

Ao ser adotado como modelo, o neoliberalismo representaria uma ideologia de direita (como no governo Thatcher). Contudo, hoje, deve ser compreendido como a resposta político-administrativa às transformações sofridas pelo capitalismo, prova disso, como aponta Anderson, é a adoção do modelo neoliberal pela social-democracia, antigos porta-vozes dos ideais de uma sociedade capitalista, porém com menores níveis de desigualdade.

Dessa forma, podemos compreender que o liberalismo, como uma ideologia, via o desenvolvimento econômico atrelado às liberdades individuais. O princípio da igualdade entre os homens e a necessidade da luta pela cidadania, espalhou-se em diferentes medidas e com diferentes roupagens por todas as áreas do globo que passavam a participar da economia industrial. Todavia, a crise do modelo do livre mercado industrial (bem como as disputas por esses mercados) gerou uma necessidade de reorganização

do capitalismo, com a política do Estado de Bem-Estar Social, que priorizava o mercado interno e a elevação dos padrões internos de consumo (associados à uma política de altíssimas taxas de juros para os empréstimos às nações pobres). Complementando esse processo, o neoliberalismo nasceria, portanto, como uma ideologia que não mais acredita na possibilidade de igualdade.

A globalização nos mostra que hoje, no capitalismo, não há lugar para todos. Assim, o desenvolvimento econômico sustenta-se a partir de novas garantias de reserva de mercado (como a estratégia de formação dos megabloques econômicos) e a desigualdade social é intensificada, principalmente, no caso das nações industrializadas, com as políticas de restrição ao visto e à imigração. Trata-se da instauração de uma nova ordem social, a renovação do velho capitalismo, que, tal qual em sua etapa neocolonial, surge com um novo padrão de cultura, de “standardização”, agora não mais sob a égide do “civilizar”, mas sob o emblema do “globalizar”, destruindo identidades e soterrando particularidades, substituindo antigos valores pelas atuais necessidades do mercado, transformando o mundo que conhecemos, como coloca Frei Beto (2000), em seu artigo *Sedução Neoliberal*: “[...] [numa] sociedade neoliberal que respira a cultura globocolonizadora, de caráter consumista, (na qual) a verdadeira cultura é substituída pelo entretenimento. Nessa, busca-se formar consumidores e não cidadãos” (p. 2).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. Da Independência até 1870. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História**. São Paulo: Editora FTD, 2004. (Coleção Sociedade & Cidadania).
- CAIGER & MASON. **History of Japan**. Austrália: Tittle Publish, 1997.
- CARDOSO, C. F. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1988.
- CROUZET, M. **História Geral das Civilizações**. O século XVIII. São Paulo: DIFEL, 1958.
- EBREY, Patricia Buckley. **China**. Londres: Cambridge University Press; Laurence King Publishing Ltd, 2003.
- FREI BETO. **Sedução neoliberal**. Missão Urbana e Rural – MUR. 15/9/2000. Acesso em: 07/08/2006. Disponível em: <http://www.mur.com.br/colunistas/fb/default.cfm?language=english&ID_item=30>.
- HOBSBAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A Era dos Impérios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. v. I. São Paulo: Ática; UNESCO, 1988.
- LEVY, André. **Novas cartas do Extremo Ocidente**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- NARO, Nancy Priscilla Smith. **Formação dos Estados Unidos**. São Paulo: Atual Editora, 1994.
- ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante**. Japão e Modernidade. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SENE, Eustáquio de.; MOREIRA, João Carlos. **Geografia**. Espaço geográfico e Globalização. São Paulo: Scipione, 1997.
- WIECZYNSKI, Marineide. **Considerações teóricas sobre o surgimento do Welfare State suas implicações nas políticas sociais: uma versão preliminar**. Portal Social UFSC. 2003. Acesso em: 05/08/2006. Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br/publicação/considerações.pdf>>.
- YAMASHIRO, José. **Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII**. São Paulo: IBRASA, 1989.